



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 75XIII/ 2.^a SL

Aos 17 dias do mês de maio de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações;- Ponto de situação das Audições, Petições e Pareceres pendentes em Comissão;- Ponto de situação da atividade nos Grupos de Trabalho da Comissão, apresentado pelo respetivo Coordenador: GT-QSTC - Grupo de Trabalho - Qualidade e Segurança dos Tecidos e Células (PPL n.º 32/XIII/2.^a) - Deputado João Ramos; GT-APAS - Grupo de Trabalho - Atos de Profissionais da Área da Saúde (PPL n.º 34/XIII/2.^a) - Deputado António Sales; GT-SP - Grupo de Trabalho - Saúde Pública (PPL 49/XIII/2.^a) - Deputado João Ramos; GT-APSH - Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Problemática do VIH/Sida e Hepatites - Deputado Luis Graça; GT-APD - Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Problemática da Diabetes - Deputado Moisés Ferreira; GT-ADO - Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das Doenças Oncológicas - Deputada Isabel Galriça Neto; GT-APPPS - Grupo de Trabalho - Avaliação das PPP-Parcerias Público Privadas da Saúde - Deputada Isabel Galriça Neto;*
- 2. Discussão e votação das propostas de alteração à PPL n.º 42/XIII/2.^a, «que Altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida».*
- 3. Ratificação das votações indiciárias realizadas em GT, relativas à PPL 38/XIII/2.^a, «Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo, abrangendo no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis e reforçando as medidas a aplicar a estes novos produtos em matéria de exposição ao fumo ambiental, publicidade e promoção» e votação do seu artigo 6.º.*
- 4. Fixação da Redação Final relativa à PPL 33/XIII/2.^a, que «Cria e regula o registo oncológico nacional, prevendo-se designadamente as suas finalidades, os dados que são recolhidos, as formas de acesso, a entidade responsável pela sua administração e tratamento de base de dados».*
- 5. Discussão e votação do Parecer sobre o «Relatório da UE 2016» - Autor do Parecer: Deputado Ricardo Baptista Leite.*
- 6. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 205/XIII/2.^a - Relator: Deputado José António Silva.*
- 7. Outros assuntos.*



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 75XIII/ 2.ª SL

1 Informações

O Presidente colocou à consideração dos GP's as redações finais dos Projetos de Resolução n.º 745, do PCP e n.º 802, do PS, que foram fixadas pelos Deputados.

Sobre o pedido de contributos da Comissão de Saúde para o Fórum Luso-espanhol, de cujo programa não consta qualquer tema da área da saúde, a Comissão entende não se justificar dar contributos.

O Presidente informou já ter sido publicada no Diário da República a lista de membros efetivos e suplentes do Conselho Nacional de Saúde, eleitos pela AR.

- Ponto de situação das Audições, Petições e Pareceres pendentes em Comissão

O Presidente recordou que foi aprovada a realização de 110 audições, 33 das quais para realizar em Comissão, 26 no GT para as Doenças Oncológicas, 17 no GT PPP's e 34 no GT Saúde Pública. Recordou ainda que estão pendentes em Comissão 9 Petições, 3 delas foram distribuídas ao GP do PSD, 4 ao GP do PS, 1 ao GP do BE e 1 ao GP do CDS-PP.

- Ponto de situação da atividade nos Grupos de Trabalho da Comissão, apresentado pelo respetivo Coordenador

O Presidente pediu aos coordenadores dos GT' para fazerem o ponto da situação:

O Deputado João Ramos, coordenador do GT Qualidade e Segurança dos Tecidos e Células (PPL n.º 32/XIII/2.ª), disse que as audições terminaram e já foram apresentadas propostas de alteração. Tendo surgido divergências quanto à forma de apresentação das propostas de alteração à proposta de lei, foi pedido um parecer jurídico aos serviços da AR, que se aguarda, para que possam prosseguir os trabalhos.

O Deputado António Sales, coordenador do GT Atos de Profissionais da Área da Saúde (PPL n.º 34/XIII (2.ª), informou que também já se realizaram as audições, estando a ser limadas algumas arestas no texto de substituição, antes de se iniciarem as votações indiciárias.

O Deputado João Ramos, coordenador do GT GT-SP Saúde Pública (PPL 49/XIII (2.ª), referiu que este grupo iniciou recentemente o trabalho, estando em condições de proceder às audições que foram aprovadas.

O Deputado Luís Graça, coordenador do GT para o Acompanhamento da Problemática do VIH/Sida e Hepatites, indicou que foi realizada uma audição para definir a metodologia, aguardando que seja apresentado pelos serviços o ponto da situação das iniciativas ocorridas na anterior legislatura sobre esta matéria.

O Deputado Moisés Ferreira, coordenador do GT para o Acompanhamento da Problemática da



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 75XIII/ 2.^a SL

Diabetes, reconheceu que o funcionamento deste GT tem sido prejudicado pelos GT relativos às iniciativas legislativas.

A Deputada Isabel Galriça Neto, coordenadora do GT para o Acompanhamento das Doenças Oncológicas, lembrou que apresentou uma proposta para a realização de um simpósio, estando a aguardar o contacto do Presidente da Comissão com o PAR, com vista à sua participação no evento, bem como o convite ao Presidente da República. Entende que o evento poderia ter lugar em outubro, mês associado ao cancro da mama.

Sendo também esta Deputada coordenadora do GT Avaliação das Parcerias Público Privadas da Saúde, disse que foram definidas as entidades a ouvir em Comissão e no GT, acrescentando que dentro da disponibilidade, serão agendadas audições.

Ainda neste ponto da OD usou da palavra o Deputado Miguel Santos para se pronunciar sobre a coordenação dos GT's. Constata que não há qualquer coordenação do PSD, entendendo que não está espelhado o resultado das eleições legislativas. Entende que a distribuição não está a resultar porque uma coisa são os GT's temáticos e outra são os relativos a iniciativas legislativas, pelo que propõe que, a partir de agora, a distribuição da coordenação dos GT's temáticos passe a ser independente da distribuição da coordenação dos GT sobre iniciativas legislativas.

O Presidente colocou à votação esta proposta oral do PSD, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Discussão e votação das propostas de alteração à PPL n.º 42/XIII/2.^a, «que Altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida»

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos apresentou propostas de alteração ao texto do artigo 3.º «*Norma transitória*» da PPL n.º 42, destacando que assim ficarão asseguradas as condições para colmatar o vazio legislativo e responder ao avanço científico. Lembrou que a PPL teve como objeto resolver o destino dos espermatozoides, ovócitos, tecido testicular e tecido ovárico.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse não ter acompanhado de perto a discussão desta matéria, mas por razões de rigor pretende que a «*Norma transitória*» do artigo 3.º seja eliminada. Quanto à proposta do PS para este mesmo artigo, tem reservas sobre a sua exequibilidade, não a acompanhando por isso.

A Deputada Ângela Guerra é de opinião de que a eliminação do artigo 3.º, como propõe o CDS-PP, não resolve o problema. Sobre a proposta do PS, que acautela alguns direitos, devia ser pedido um Parecer ao CNECV porque o Conselho não se pronunciou sobre este novo texto.

Ao Deputado Moisés Ferreira, que desde o início colocou reservas sobre o destino a dar aos



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 75XIII/ 2.^a SL

embriões, parece-lhe que a proposta do PS dá garantias de resolução do problema, pelo que a acompanha, admitindo que possa ser pedido parecer ao CNECV.

A Deputada Carla Cruz disse que não acompanha a proposta do CDS-PP, mas entende que a proposta do PS vai no sentido de encontrar uma solução a dar aos embriões, para a qual sugeriu a inclusão de um prazo, que pode ser de cinco anos.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos alegou que a proposta do PS acrescenta garantias e cautelas. Aceita a proposta da Deputada Carla Cruz, mas não considera necessário solicitar parecer ao CNECV.

A Deputada Ângela Guerra considerou útil a proposta da Deputada Carla Cruz.

As votações das propostas de alteração à PPL n.º 42/XIII/2.^a constam do «*Relatório de discussão e votação*» que se em anexa à presente ata.

A Deputada Ângela Guerra informou que entregará posteriormente uma declaração de voto.

3. Ratificação das votações indiciárias realizadas em GT, relativas à PPL 38/XIII/2.^a, «Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo, abrangendo no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis e reforçando as medidas a aplicar a estes novos produtos em matéria de exposição ao fumo ambiental, publicidade e promoção» e votação do seu artigo 6.º

Este ponto foi adiado para a próxima reunião. O Presidente anunciou que vai solicitar a prorrogação do prazo para a PPL n.º 38, por mais 15 dias.

4. Fixação da Redação Final relativa à PPL 33/XIII/2.^a, «que Cria e regula o registo oncológico nacional, prevendo-se designadamente as suas finalidades, os dados que são recolhidos, as formas de acesso, a entidade responsável pela sua administração e tratamento de base de dados»

A Deputada Carla Cruz disse que a proposta de redação da DAPLEN levanta dúvidas: Assim, propõe que no n.º 2 do artigo 4.º em vez de «*recolhidos*» se mantenha «*acedidos*», como consta do texto final da PPL; que no n.º 2 do artigo 6.º também se mantenha a redação que constava do texto final, porque nem todos os IPO's integram o Grupo de Oncologia Francisco Gentil; e que no artigo 18.º a epígrafe fique no singular.

Os Deputados Luís Vales, Luísa Salgueiro e Isabel Galriça Neto disseram acompanhar as propostas da Deputada Carla Cruz. Foi então fixada a redação final da PPL 33/XIII/2.^a, com as propostas apresentadas, com o acordo de todos.



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 75XIII/ 2.^a SL

5. Discussão e votação do Parecer sobre o «Relatório da UE 2016» - Autor do Parecer: Deputado Ricardo Baptista Leite

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o Parecer que analisa partes específicas na área da saúde do Relatório «*Portugal na UE 2016*», agradecendo o apoio do assessor do PSD, Rui Tabosa. Começou por informar que o documento «*é essencialmente descritivo que enumera as atividades de Portugal no processo global de construção da União Europeia*», destacando alguns aspetos relativos à área da saúde. Enunciou os considerandos e, na apreciação, analisou as matérias da área da saúde, designadamente no que diz respeito à saúde e segurança no trabalho, produtos farmacêuticos, tabaco, redes europeias de referência, saúde mental e luta contra a droga. O Relatório do executivo lembra que Portugal foi convidado para ser o «facilitador», responsável pelo debate pós SEAGNU, que continuará a desempenhar em 2017. Nas conclusões referiu que Portugal acompanhou as iniciativas e as prioridades definidas pelos órgãos competentes da União Europeia, com o entendimento de que o Parecer se encontra em condições de ser remetido à CAE, para os efeitos legais e regimentais aplicáveis.

O Presidente felicitou o Relator pelo trabalho efetuado.

A Deputada Carla Cruz informou que o PCP vai acompanhar o Relatório porque é objetivo e traduz o que está no Relatório do Governo e reconhece o papel que Portugal tem tido no combate ao consumo de droga. Frisou que o PCP discorda das linhas orientadoras da União Europeia que têm impacto na saúde.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu as palavras do Presidente e da Deputada Carla Cruz, aguardando o debate do OE 2018 onde certamente o PCP terá uma palavra a dizer sobre as questões europeias.

O Presidente colocou à votação os considerandos e as conclusões, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 205/XIII/2.^a - Relator: Deputado José António Silva

O Deputado José António Silva apresentou o Relatório da Petição n.º 205/XIII/2.^a, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas, designadamente o pedido de informação ao Ministério da Saúde, que respondeu que «*a equipa médica da Unidade de Saúde foi reforçada, estando duas médicas a trabalhar a tempo inteiro que asseguram a consulta geral, a consulta de vigilância e a consulta aberta e que no mês seguinte seria colocada mais uma assistente operacional*», e a audição dos petionários, que referiram que o problema está



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 75XIII/ 2.ª SL

parcialmente resolvido, dando conta que uma das médicas está doente e não foi colocada qualquer assistente operacional. Concluiu dizendo que o Relatório deverá ser enviado ao Presidente da Assembleia da República, bem como aos peticionários e publicado no DAR. Propõe ainda que o Relatório seja enviado ao Ministro da Saúde para conhecimento.

O Presidente felicitou o Deputado pelo trabalho.

A Deputada Luísa Salgueiro cumprimentou o Deputado pelo Relatório, confirmando que a situação em Mourão está ultrapassada porque, para além do reforço médico, o Centro foi reforçado com uma assistente operacional.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Relator e disse acompanhar o Relatório.

O Deputado Relator agradeceu as palavras dos Deputados.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

7. Outros assuntos

A Deputada Luísa Salgueiro propôs que fosse incluída na OD a discussão do PJR n.º 867/XIII (2.ª) que «*Recomenda ao Governo que promova medidas que garantam a disponibilidade, em farmácia, dos medicamentos genéricos de forma a assegurar que os pensionistas e futuros pensionistas da Indústria de Lanifícios, não tenham de suportar quaisquer custos na sua aquisição*», alegando que se trata de um assunto que já foi discutido duas vezes em Comissão, aquando da apresentação do PJR do PCP, no dia 26 de abril e do PJR do BE, no dia 10 de maio, acrescentando que o PJR do PCP já foi votado no Plenário.

O Presidente esclareceu que a discussão de um assunto que não esteja incluído na OD, como é o caso deste PJR, apenas pode ocorrer se houver consenso dos GP's, o que, após consulta, se verificou não existir. Assim, o PJR n.º 867 não será discutido nesta reunião.

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e a gravação pode ser consultada neste [link](#).

Palácio de São Bento, 17 maio 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 75XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Elza Pais
Hortense Martins

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Soares
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro